



ACÓRDÃO Nº951/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1524/2010.

Apensos: Processo nº 2727/2009 e 2746/2010.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Advogado: Paula Ângela Valério de Oliveira - 1024

4- Órgão: Fundação Universidade do Estado do Amazonas – UEA

5- Exercício: 2009

6- Responsável: Marilene Correa da Silva Freitas (Ordenador de Despesa)

7- Unidade Técnica: DICA/AM e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1134/2016-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Exercício de 2009.

Regularidade com ressalvas. Multa. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do exercício de 2009 da Universidade do Estado do Amazonas de responsabilidade da **Sra. Marilene Correa da Silva Freitas**, Reitora e Ordenadora das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, II e 24 da Lei 2.423/96.

10.2. Aplicar Multa à Sra. Marilene Correa da Silva Freitas no valor de **R\$ 4.000,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, com fundamento



ACÓRDÃO Nº951/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

no art. 308, I, “b” da Resolução n. 04/2002 pelas restrições: 12.6.1.j; 12.6.2.4; 12.6.3.d e f; 12.6.4.d; 12.10.2 e 12.10.6;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa à Sra. Marilene Correa da Silva Freitas no valor de R\$ 1.096,03**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, com fundamento no art. 308, II da Resolução n. 04/2002 pela restrição 12.3 deste Relatório-Voto;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa da Sra. Marilene Correa da Silva Freitas**, ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02.

- 10.5. Recomendar à Sra. Marilene Correa da Silva Freitas**, bem como, ao atual Reitor da UEA que:

- 10.5.1.** Aplique esforço no sentido de suprir as lacunas normativas da Fundação.
- 10.5.2.** Observe mais atentamente quando da elaboração das conciliações bancárias;
- 10.5.3.** Adote medidas visando reaver os “Créditos a Receber” desde 2008 no valor de 27.747,47
- 10.5.4.** Adote a nomenclatura das contas nos demonstrativos contábeis em harmonia com Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- 10.5.5.** Observe e cumpra as determinações contidas na Lei Federal nº 8.666/93, quando da formalização de Contratos e Licitações;
- 10.5.6.** Dê mais atenção ao planejamento da logística dos cursos no interior do Estado;



ACÓRDÃO Nº951/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.5.7. Dê preferência sempre ao concurso público em obediência a Lei n. 8.666/93;
- 10.5.8. Verifique se foi prestado contas as diárias pagas à Sra. Antônia do Perpétuo Socorro da Silva Queiroz no valor de R\$2.173,04;
- 10.5.9. Dê mais atenção ao setor de almoxarifado;
- 10.5.10. Implemente melhorias e atualizações no sistema de controle dos bens móveis patrimoniais
- 10.5.11. Reveja sua política de controle interno na verificação da regularidade na aplicação dos recursos em adiantamento;
- 10.5.12. Cumpra o que determina a Lei 4.320/64, que trata das Normas Gerais de Direito Financeiro, principalmente quanto a contratação sem prévio empenho;
- 10.6. **Determinar** ao Sepleno a extração de cópias das páginas 1553-1732 e posterior remessa à DICAD para adoção das medidas cabíveis visando verificar se os atos foram encaminhados à esta Corte.
- 10.7. **Dar ciência** deste Acórdão à **Sra. Marilene Correa da Silva Freitas**.
- 10.8. **Arquivar** os presentes autos e seus apensos, nos termos regimentais, após o registro e o cumprimento dos itens acima.
- 11- **Ata:** 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 18 de Dezembro de 2018
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- **Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº951/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Este documento foi assinado digitalmente por YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 23FCE35F-DB43FF64-56331F8B-02DDCC2F